

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 2, Número 2, Outubro de 2013

Dossiê América Latina

A Ascensão do Populismo Rentista

Sebastián L. Mazzuca

Chavismo após Chávez?

Miriam Kornblith

Populismo Tecnocrático no Equador

Carlos de la Torre

Dossiê Rússia

A Longa Luta pela Liberdade

Leon Aron

Tornando Ilegal a Oposição

Miriam Lansky e Elspeth Suthers

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do *Journal of Democracy em Português* traz dois conjuntos de artigos. Ambos se referem a regimes políticos que conservam aspectos formais da democracia, como a eleição direta das principais autoridades políticas, mas apresentam traços autoritários.

O primeiro conjunto de artigos diz respeito a regimes políticos que, com essas características, surgiram e se firmaram na América Latina, especialmente na América do Sul, ao longo da última década. Os casos mais notórios são conhecidos (Venezuela, Bolívia e Equador), mas há outros (Argentina) com certas características semelhantes àqueles.

Os artigos que compõem o segundo conjunto são relativos à Rússia, ainda um ator decisivo no sistema internacional, que se aprofunda no caminho do autoritarismo, após treze anos de domínio de Vladimir Putin.

O “dossiê América Latina” começa com um artigo do cientista político argentino Sebastián Mazzuca, que procura distinguir os governos de esquerda ditos “radicais” dos governos da esquerda moderada, inspirando-se na obra de seu compatriota Guillermo O’Donnell, reconhecido mundialmente pela contribuição à ciência política. O autor caracteriza os governos da esquerda latino-americana dita “radical” a partir de três tentações (expropriatórias, populistas e absolutistas). Seu objetivo é entender as condições que permitem a realização dessas tentações e a formação de um determinado tipo de regime político.

O artigo de Mazzuca antecipa questões que, de modo mais específico, aparecem nos dois artigos subsequentes: um de Mirian Kornblith, sobre o chavismo sem Chávez na Venezuela; e outro, de Carlos de la Torre, sobre o “populismo tecnocrático” de Rafael Correa, no Equador. Cientista política, Kornblith foi vice-presidente do tribunal eleitoral da Venezuela entre 1998 e 1999.

Da leitura desses dois artigos, sobressaem as diferenças entre duas variantes dos governos ditos “bolivarianos”. O diagnóstico apresentado sobre o governo de Rafael Correa revela um populismo hiperpresidencialista de tipo tecnocrático, distinto do populismo também hiperpresidencialista, mas mobilizador, característico do chavismo. Em contraste com o falecido presidente da Venezuela, o mandatário equatoriano, embora um líder carismático como Chávez, não busca mobilizar ativamente setores da sociedade em apoio a seu governo, a não ser em períodos eleitores. Ao contrário, Correa se coloca como uma liderança acima da sociedade e não poupa esforços em mantê-la em estado de acuada passividade. Não se trata de um governo de militantes, mas de um governo de tecnocratas comandados por uma liderança civil que reúne, ele sim, a vontade e o conhecimento para servir aos “interesses do povo”. Além da caracterização do regime político, tanto Kornblith como De la Torre estão interessados em avaliar os desafios à sua continuidade ante a questão sucessória. Na Venezuela, com a morte de Chávez, essa questão já está posta. Kornblith constrói quatro cenários possíveis para o drama venezuelano, desde a ditadura aberta até a transição pacífica para uma democracia. No Equador, Correa tem mandato até 2017 e diz que não postulará novamente a presidência. Dá apoio, no entanto, a uma emenda constitucional que, se aprovada, permitirá a reeleição indefinida de todos os mandatários do país. De la Torre observa que o estilo tecnocrático e desmobilizador de Correa cria um risco para a continuidade do regime na ausência política de seu líder.

Em seus artigos sobre a Rússia, Leon Aron, de um lado, e Miriam Lansky e Elspeth Suthers, de outro, põem em foco os movimentos por direitos civis e políticos que tomaram as ruas de Moscou e São Petersburgo e, em menor escala, de uma centena de outras cidades russas entre os meses finais de 2011 e os meses iniciais de 2012. Além de informação sobre a composição social e as motivações políticas desses movimentos, os artigos analisam as respostas do governo de Vladimir

Putin à onda de protestos e os desafios que se colocam para a oposição russa frente ao refluxo dos protestos e o caráter cada vez mais autocrático do regime de Putin. A avaliação comum é de que, embora aparentemente submersos no momento, os movimentos de contestação ao regime de Putin abriram fendas difíceis de ser reparadas pelo governo, inclusive dentro do bloco de forças dominante. Lansky e Suthers argumentam, por exemplo, que a demissão seletiva de alguns políticos e funcionários poderosos, acusados de corrupção, intranquilizam a elite que viceja sob a proteção do Kremlin. Resta, porém, o imenso desafio de dar expressão mais organizada a uma oposição política e a uma oposição social fragmentadas, frente a um Estado que reconstruiu sua capacidade de coerção e seu domínio sobre os recursos de poder político e econômico.

Desnecessário dizer que as opiniões expressas nos artigos refletem exclusivamente o ponto de vista de seus autores.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê América Latina

A ASCENSÃO DO POPULISMO RENTISTA*

Sebastián L. Mazzuca

Sebastián L. Mazzuca é professor de economia política na Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), e pesquisador sênior do Centro de Pesquisa e Ação Social em Buenos Aires. Fez estágio de pós-doutorado na Academia de Estudos Internacionais e Regionais da Universidade Harvard.

A “guinada à esquerda” que muitos países sul-americanos deram durante os primeiros anos do século XXI foi a primeira das grandes tendências políticas do continente sobre a qual Guillermo O’Donnell não se pronunciou. Ademais, seu vasto arsenal conceitual não é encontrado na abundante literatura acadêmica que lida com a guinada à esquerda e sua bifurcação em variações radicais e moderadas. O’Donnell moldou decisivamente a agenda intelectual para o estudo da ascensão das ditaduras militares no cone sul no começo dos anos 1970; foi pioneiro na análise das rupturas autoritárias e transições democráticas ao longo dos anos 1980; e estabeleceu uma nova base conceitual para os esforços em entender os problemas da vida pós-transição (incluindo a questão da qualidade institucional) durante os anos 1990. Ainda assim, análises sobre a guinada à esquerda não fizeram uso das ideias

*Publicado originalmente como “Chavismo after Chávez”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 2, Abril de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

que O'Donnell desenvolveu ao longo de quatro décadas de uma distinta e singular carreira acadêmica.

Como isso é possível? São duas as razões. Primeiramente, especialistas na região tenderam a olhar a guinada da América do Sul à esquerda como um fenômeno situado no nível dos resultados das políticas, enquanto O'Donnell focou mais profundamente, examinando os resultados do regime ou as capacidades do Estado. O quadro analítico de O'Donnell foi desenhado para capturar transformações institucionais de larga escala. Para ser efetivo, esse quadro analítico precisava abstrair características no nível das políticas, como aquelas que definem a guinada à esquerda e a dividem em duas variantes: a reversão completa da liberalização comercial e das privatizações, vista nos casos radicais de Argentina, Bolívia, Equador e, especialmente, Venezuela; e as reformas mais moderadas de centro-esquerda, dentro dos parâmetros do livre mercado, vistas nos casos moderados de Brasil, Chile e Uruguai.¹

Em segundo lugar, mesmo quando observadores foram além das diferenças das políticas, a principal distinção que eles fazem entre as variantes da guinada à esquerda é entre formas de governar populistas versus institucionais. Esse contraste lembra a celebrada distinção de O'Donnell entre democracia “delegativa” de baixa qualidade e a democracia representativa de alta qualidade, mas apenas em um nível superficial.² A Venezuela de Hugo Chávez, por exemplo, não deveria ser chamada de democracia delegativa, não pela falta de características delegativas, mas pelo enfraquecimento de suas próprias características democráticas. A preocupação premente sobre a guinada à esquerda na Venezuela e, em menor grau, no Equador e na Bolívia, é que elas podem estar se transformando em regimes autoritários, ainda que do tipo “eleitoral”. (Autoritarismo eleitoral é um tipo de regime no qual existe uma competição pelo poder, mas ela é sistematicamente enviesada contra a oposição por fatores como o excessivo controle estatal sobre a imprensa.³) Os últimos trabalhos de O'Donnell foram

um esforço de elaboração de um quadro conceitual para o estudo da qualidade de *democracias*. Por definição, tal quadro não pode ser aplicado a casos que gradualmente perderam os atributos necessários para merecer esse nome.

Os estudos de O'Donnell, entretanto, permanecem relevantes, pois, se astutamente adaptados, podem aprimorar nossa compreensão dos processos políticos mais significativos em curso na América do Sul. Além das diferentes políticas que eles respectivamente favorecem, os casos de guinada à esquerda moderada e radical diferenciam-se de forma mais profunda no nível das estruturas macropolíticas. Os últimos trabalhos de O'Donnell sobre qualidade institucional e *accountability* política podem auxiliar na tarefa de descrever essas variações mais profundas. Além disso, os primeiros trabalhos de O'Donnell sobre as fontes de coalizão de diferentes tipos de regimes podem ajudar a explicar como se deu a divisão dentro da guinada à esquerda, não apenas no nível das políticas e no estilo de formulação de políticas públicas, mas, também, e mais crucialmente, no nível do tipo de regime. O'Donnell pode nos ajudar a explicar por que alguns países que guinaram à esquerda estão caminhando para a concentração de vastos poderes nas mãos de um presidente plebiscitário com pouca *accountability* horizontal, enquanto outros estão caminhando na direção oposta.

No que se refere ao *exercício* de poder de Estado, todos os quatro casos de guinada radical à esquerda possuem características similares de regime. Argentina, Bolívia, Equador e, especialmente, Venezuela apresentam uma versão nova e intensamente plebiscitária do “superpresidencialismo”, no qual o presidente domina todo o processo de tomada de decisão à custa da legislatura nacional, e não recebe nada além de um escrutínio simbólico dos outros poderes ou de agências fiscalizatórias apartidárias. Diferenças entre esses países na maneira pela qual o *acesso* ao poder de Estado é obtido — eleições na Argentina são mais genuinamente competitivas do que na Venezuela — obscureceram as semelhanças mais básicas a respeito de como o poder é exercido.

Ainda assim, a forma plebiscitária assumida pelo exercício superpresidencialista do poder em todos os casos radicais é uma característica demasiadamente sistemática — e representa um contraste demasiadamente forte com os casos moderados — para pertencer a qualquer outro lugar que não ao primeiro plano de análise. O superpresidencialismo plebiscitário forma um conjunto abrangente de atributos que cobre tanto democracias iliberais (Argentina) quanto casos de autoritarismo eleitoral (Venezuela). A distinção entre acesso e exercício — como o poder é conquistado e como ele é exercido — fornece um quadro para a classificação de regimes que adapta e amplia a distinção de O'Donnell entre *accountability* vertical e horizontal, bem como a distinção que outros analistas fizeram entre os aspectos democráticos e liberais de regimes.⁴

As similaridades na maneira pela qual o poder é exercido nos casos de guinada radical à esquerda resultam da ascensão e hegemonia em todos esses países de uma nova coalizão “populista-rentista”. Em sua forma extrema, o populismo rentista é criado a partir do ápice do Estado, é baseado nos votos de trabalhadores informais e desempregados, e financiado pela renda extraordinária das exportações de recursos naturais. A coalizão compreende dois parceiros vitoriosos: o governo, que redistribui a renda derivada de fontes minerais ou agrícolas para os setores informais; e os setores informais, que recompensam o governo com seu apoio político.

A redistribuição de renda ocorre via extração tributária ou mesmo expropriação dos proprietários privados dos recursos naturais, que são os principais perdedores do populismo rentista. O'Donnell foi uma figura central na primeira geração de especialistas em América Latina que se inspiraram nas ideias de Karl Marx e Max Weber para explicar variações de regime como resultado (ao menos em parte) de mudanças econômicas subjacentes que remodelam as dinâmicas de coalizão. A coalizão populista-rentista forma o que Barrington Moore Jr. chamaria de “base social” do superpresidencialismo plebiscitário que marca os casos de guinada radical à esquerda.

As raízes do populismo rentista sul-americano têm origem na Índia e na China. Foi a ascensão desses dois imensos países — juntos eles representam cerca de um terço de toda a humanidade — como superpotências industriais e consumidores vorazes de matérias primas e proteína animal que lançou o boom global das commodities, que tem sido o combustível do populismo rentista. A partir de 2002, os preços crescentes do petróleo, de minérios e de commodities agrícolas não apenas reverteram uma tendência de décadas de “deterioração dos termos de troca” para os países da América do Sul, mas também deflagraram um período extraordinário de crescimento econômico, com velocidade e consistência jamais vistos na região. Em 2000, comprar o telefone celular mais básico custava o equivalente a quinze barris de petróleo. Em 2013, um barril e meio compra um iPhone de penúltima geração. Em 2002, cem toneladas de soja — um dos principais itens da pauta de exportação agrícola argentina — tinha o mesmo valor de um carro compacto da Honda. Dez anos depois, a mesma quantidade de soja compraria um BMW conversível.

O boom das commodities tornou a coalizão populista-rentista possível, mas não inevitável. O Chile, grande exportador de minérios, beneficiou-se do boom sem experimentar nem o populismo rentista nem seu equivalente político, o superpresidencialismo plebiscitário. O boom tem sido uma condição necessária mas longe de ser suficiente para a ascensão dos regimes esquerdistas mais radicais na América do Sul.

Para ir do boom para o superpresidencialismo, escolhas políticas foram necessárias. Essas escolhas não foram um acontecimento de tábua rasa, claro, mas fortemente moldadas por condições estruturais relacionadas à natureza dos sistemas partidários nacionais e dos mercados de capitais globais. Começamos assumindo que todos os políticos — e, especialmente, aqueles que possuem o perfil para ascender ao poder — desejam ganhar e manter tanto poder quanto possível pelo máximo de tempo possível. Todos os políticos, em outras palavras,

desejam se tornar “superpresidentes” indefinidamente reeleitos, a não ser que sejam submetidos a importantes restrições.

Três Tentações

Com isso em mente, podemos entender o boom das commodities como algo que lançou três tentações no caminho dos presidentes sul-americanos. A primeira tentação — chamo-a de “desejo de expropriar” — era a de maximizar a fatia do governo nos extraordinários ganhos advindos dos recursos naturais. Que melhor caminho há para acumular e preservar o poder, afinal, do que um grande e crescente orçamento público? A segunda era a “tentação populista”, que convidava presidentes a usar a nova receita dos recursos naturais para o consumo de curto prazo em vez de utilizá-la no investimento de longo prazo. Essa tentação é especialmente difícil para os presidentes resistirem durante os anos de eleição. Terceira e última, presidentes que haviam sucumbido às primeiras duas se deparavam então com a “tentação absolutista”. Ceder a ela significava mobilizar o apoio popular — se necessário, por meio do plebiscitarianismo — para se livrar de freios e contrapesos ao Executivo. Em alguns casos, o absolutismo podia se estender para a eliminação dos limites constitucionais à reeleição. Presidentes que cederam às duas primeiras tentações criaram o populismo rentista. Uma vez feito isso, a terceira tentação prometia dar a eles todas as vantagens associadas ao superpresidencialismo plebiscitário.

Uma vez que o boom das commodities colocou as três tentações diante de todos os presidentes dos países sul-americanos ricos em recursos naturais — e, como maximizadores de poder, podemos assumir que todos os presidentes ficaram tentados a ceder a elas —, devemos perguntar por que o populismo rentista radical não simplesmente varreu todo o continente como o fez com Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. Por que, em outras palavras, há casos de guinada “moderada” à esquerda? A resposta reside em freios externos que vieram

de duas formas — uma direta, a outra indireta. O freio direto estava personificado nos partidos políticos rivais ao partido do presidente, com intenção e capacidade de competir com ele pelo poder. O freio indireto foi imposto por credores, bem como empresas privadas, grandes o bastante para impor algumas restrições à política econômica.

Para qualquer presidente que esteja considerando uma incursão no populismo rentista, portanto, o estado dos partidos e do mercado de capitais deve ser uma questão-chave. Se ambos são fortes, o plebiscitarismo populista enfrentará dificuldades para se estabelecer. Os países onde o populismo rentista foi bem sucedido foram lugares onde o boom das commodities chegou a um momento de crise prolongada no sistema partidário e no mercado financeiro. A crise partidária erodiu a confiança dos cidadãos nos políticos tradicionais, enquanto a crise dos mercados destruiu a confiança dos investidores nas condições macroeconômicas. Com essas crises gêmeas veio a demolição das barreiras contra a expropriação, o populismo econômico e o superpresidencialismo.

O Melhor Amigo dos Superpresidentes

Os quatro casos de guinada radical à esquerda, de Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, são idênticos no que se refere à rejeição do neoliberalismo, mas não no que se refere às instituições de *acesso* ao poder. A Argentina permaneceu democrática, enquanto os três países andinos — sobretudo a Venezuela — estão se tornando cada vez mais autoritários, na medida em que a oposição enfrenta restrições graves à competição política. Entretanto, ao mudarmos nosso olhar do acesso para o *exercício*, a uniformidade novamente se torna o tom dominante: seja na Argentina ou nos países andinos, os presidentes estão se esforçando para remover as restrições sobre seus próprios poderes. Em cada um dos casos de guinada radical à esquerda, o presidente maximizou o controle do Executivo sobre o processo decisório, comprometendo as instituições fiscalizatórias e caminhando sobre uma mobiliza-

ção plebiscitária de apoio político. O plebiscito é o melhor amigo dos superpresidentes. Já nos casos de guinada moderada à esquerda, uma mistura de juízes, legisladores, auditores e burocratas independentes estabeleceu freios efetivos às ambições presidenciais.

À primeira vista, a ascensão do superpresidencialismo plebiscitário em alguns países latino-americanos pode parecer notícia velha — afinal, essa é a região que apresentou o termo *caudilho* ao vocabulário político mundial. Mas, na verdade, estamos lidando com algo novo. Os regimes superpresidencialistas de hoje têm características que os distinguem de seus primos mais próximos, as presidências populistas de meados do século XX e as presidências delegativas que levaram à introdução de reformas de mercado nos anos 1990. Em contraste com estas últimas, que desmobilizaram setores populares e entregaram vastos poderes econômicos a tecnocratas, os novos regimes superpresidencialistas intensificam a mobilização dos setores populares e rejeitam a tecnocracia (a Bolívia de Evo Morales tem sido uma exceção parcial neste quesito). Diferentemente do populismo clássico, o novo superpresidencialismo recruta o apoio ao chefe do Executivo nas legiões de trabalhadores “informais” em vez de nas fleiras dos trabalhadores organizados da indústria.

Ademais, enquanto presidentes populistas e delegativos de outrora contavam com acordos informais emergenciais e equilíbrios políticos dinâmicos, os novos superpresidentes plebiscitários tipicamente buscam a institucionalização formal de seus enormes poderes. Isso pode ocorrer por meio de mudanças à constituição (Bolívia, Equador, Venezuela) ou por meio de leis ordinárias que transformam poderes emergenciais sobre a economia em capacidades presidenciais regulares sujeitas a uma fscalização mínima por parte do Legislativo (Argentina).⁵

As similaridades institucionais entre argentina e os três casos “bolivarianos” da região andina (assim chamados por conta da conhecida insistência do falecido Hugo Chávez de que ele agia no espírito do

líder da independência do século XIX Simón Bolívar) são ainda mais profundas. Essas semelhanças aumentam ainda mais o contraste com os casos de guinada moderada à esquerda. Em todos os quatro casos radicais, o tamanho do Estado (medido pelos gastos do governo central em relação do PIB) cresceu de uma média “neoliberal” de 27% no final do século passado para uma média de quase 40% dez anos depois — o bastante para posicionar todos esses países na categoria “estatista”. Nos casos de guinada moderada à esquerda, o tamanho médio do Estado era 32% antes da guinada à esquerda e na verdade reduziu para 31% em 2010.⁶

Portanto, em todo caso radical não apenas o presidente tem maior controle sobre o governo do que seus antecessores, mas o próprio governo possui um nível sem precedente de controle sobre a economia. Cristina Fernández de Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, e Chávez na Venezuela dominaram suas sociedades a tal ponto que há poucos, se é que existe algum, casos similares na história moderna de suas respectivas nações. A concentração de poder político nos casos de guinada radical à esquerda, então, prosseguiu em duas etapas (não necessariamente sequenciais): o Estado expandiu seu controle sobre a economia, e os presidentes maximizaram seu controle sobre o Estado. Essa concentração dupla de poder é o que verdadeiramente destaca os países de guinada radical à esquerda em relação a seus vizinhos mais moderados. Distinções mais óbvias no nível da retórica ou da personalidade são ou acidentes ou efeitos, não causas, da dupla concentração de poder que permeia os casos radicais.

Os casos superpresidencialistas de hoje formam um grupo empiricamente distinto, são regimes que compartilham um conjunto chave de características, mas eles apresentam grandes diferenças em outros aspectos. O superpresidencialismo plebiscitário emergiu em países com economias pequenas e profundas clivagens étnicas (Bolívia e Equador), um país com uma grande indústria do petróleo que chegou

a ter um dos mais duradouros regimes democráticos da região (Venezuela), e um país com uma economia grande e diversa mas uma história de instabilidade política (Argentina). Ademais, os regimes superpresidenciais de guinada radical à esquerda se consolidaram durante o mesmo período no qual os países de guinada moderada à esquerda se ocupavam em aprofundar a qualidade de suas próprias democracias.

Essas variações podem nos ajudar a isolar as causas do superpresidencialismo plebiscitário por meio de um processo de eliminação. Esse tipo de regime não pode emergir da existência ou aprofundamento de clivagens étnicas (eminentemente ausentes na Argentina e na Venezuela); de vasta riqueza mineral (a Argentina tem pouca); da falta de uma tradição democrática (a Venezuela e, em menor grau, a Bolívia a possuíam); de alguma característica idiossincrática peculiar à região andina (a Argentina pertence ao Cone Sul); ou de alguma afinidade cultural latina com o paternalismo (também presente nos casos moderados). A principal causa aproximada por trás do superpresidencialismo plebiscitário é “nenhuma das anteriores”. Não é o petróleo, não são as etnias, não é algo sub-regional ou cultural. Em vez disso, é a ascensão do populismo rentista.

Populismo Rentista em Teoria

No caso extremo de populismo rentista — um caso que não existe de fato, mas é útil de se imaginar para fins de ilustração —, a aliança no poder compreende apenas o governo e os setores informais. O primeiro é o único proprietário de um recurso natural que possui um alto valor no mercado global. O governo distribui a receita dos recursos naturais para os setores informais, que compreendem a maioria da população. Explorar os recursos não requer nenhum investimento substancial dentro do horizonte de tempo politicamente relevante. A tecnologia e o capital físico necessários ou são baratos ou foram confiscados de investidores privados. Em troca da redistribuição (incorporação econômica), o setor informal proporciona votos bem como o

“poder das ruas” para intimidar os perdedores econômicos e políticos (incorporação política). A coalizão populista-rentista se integra por completo no mercado internacional de bens, mas se abstém de participar do mercado financeiro. Ela precisa do primeiro tanto quanto pode abrir mão do último. O comércio exterior é a principal fonte de renda, enquanto o capital internacional é uma fonte desnecessária e indesejada de condicionalidades.

As bases econômicas e políticas do populismo rentista definem sua estrutura de *accountability*. A ratificação eleitoral popular é a maneira mais barata de se manter no poder, porque o voto do setor informal é o mais barato de se comprar. Ignorar a maioria e tentar governar por meio de repressão é mais caro e menos garantido. Como qualquer outra coalizão dominante, o populismo rentista não tem razões espontâneas para estabelecer freios e contrapesos à autoridade presidencial. Os grupos mais interessados em estabelecer ou preservar controles horizontais sobre o Executivo são os setores da população menos propensos a se tornar parceiros na coalizão dominante, e são os mais preocupados com o uso discricionário do poder político. Incluem-se neles indivíduos ou firmas que realizaram investimentos pesados de longo prazo em capital humano ou físico, e são os alvos mais atraentes para a expropriação.

A efetividade de grupos demandando freios e contrapesos é uma função da relevância destes dentro da economia política da coalizão dominante. Quando o populismo rentista governa, a efetividade de demandas por *accountability* horizontal é insignificante. Governantes populistas-rentistas não precisam das minorias na economia formal para ganhar reeleição, e a maioria informal requer apenas o mecanismo plebiscitário para assegurar um fluxo regular de transferências. A concentração plebiscitária de poder presidencial é uma estrutura do regime projetada sob medida para o populismo rentista: os controles horizontais sobre o Executivo diminuem (superpresidencialismo) enquanto ratificações verticais aumentam (plebiscita-

rianismo). A coalizão populista-rentista “causa” o superpresidencialismo plebiscitário.

Um superpresidente plebiscitário à frente de uma empreitada populista-rentista parece imbatível. Mas isso só é possível se certas condições forem obtidas de uma só vez: os preços dos recursos precisam permanecer altos, os custos de exploração precisam permanecer baixos, e o setor informal precisa permanecer grande. Se houver uma mudança — mesmo que pequena — em qualquer uma dessas condições, a coalizão populista-rentista ficará sob enorme pressão, e o regime superpresidencial pode até mesmo entrar em colapso. Se o preço internacional das principais commodities cair abaixo do nível requerido para que as receitas cubram os custos de manter a coalizão, ou se o setor informal não é mais grande o bastante para dominar as eleições, o fim do regime estará próximo. Uma nova coalizão substitui a antiga, ou o superpresidente plebiscitário expande a coalizão para envolver setores econômicos formais, que demandarão garantias institucionais contra a predação (um papel maior do Congresso no processo da política econômica, por exemplo).

Por fim, se os custos da tecnologia para explorar os recursos naturais se tornarem maiores do que a taxa de poupança da economia, o populismo rentista será forçado a encerrar seu isolamento do mercado financeiro internacional e, em troca do ingresso de capitais, a aceitar condicionalidades que irão inibir as características hegemônicas do regime. Forte enquanto as condições para o populismo rentista durarem, o superpresidencialismo plebiscitário é extremamente frágil frente a pequenas variações na economia política que o fortalece.

Ainda na alvorada deste século, não se encontrava o populismo rentista na América Latina. Decerto havia muitos trabalhadores informais, mas a renda dos recursos naturais era desprezível até o boom das commodities, em 2002. Mesmo então, apenas Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela apostaram tudo na construção de coalizões po-

pulistas-rentistas por trás de superpresidentes plebiscitários. Entre a disponibilidade de elementos econômicos e demográficos do populismo rentista e a construção de fato de uma nova coalizão governante, surgiu um conjunto de condições econômicas e políticas que dificultaram o populismo em alguns casos, mas ajudaram em outros.

O momento originalmente decisivo no caminho do populismo rentista é a decisão política de confiscar os recursos naturais em plena expansão — ou, em outras palavras, de se entregar à “tentação da expropriação”. Na análise custo-benefício do governante, o preço global da commodity, quanto dela o país possui, e o tamanho do setor informal do país definem a recompensa potencial. Os custos, por outro lado, devem ser aferidos em termos dos danos à reputação do país no mercado internacional de capitais e da resistência de forças políticas domésticas, que temem o que o populismo rentista poderá significar para eles e para seus interesses. Os custos são moldados pelo mercado financeiro e pelo sistema partidário, que também agem como restrições estruturais. Essas estruturas, entretanto, são substancialmente mais maleáveis e menos estáveis do que aquelas que definem os incentivos (a estrutura física em grande medida fixa da economia e a lenta estrutura social da população). A volatilidade do sistema partidário, na verdade, tornou-se endêmica na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela no final do século XX, tornando o sistema partidário em cada um desses países mais fluido que estrutural.

Os custos de reputação financeira são especialmente altos em países com extenso histórico de receptividade ao investimento estrangeiro e amortização das dívidas. Todos os países andinos são dotados de suficientes reservas de riqueza mineral a expropriar, de modo que esta se torna uma opção política tentadora nos momentos de fartura. Na Colômbia, no Peru e, especialmente, no Chile, os custos de reputação financeira permitiram uma imunização contra a expropriação: o investimento estrangeiro que seria perdido em muito supera os ganhos esperados pelo confisco dos recursos naturais.

Essa condição foi crucial no caso do Peru que, diferentemente da Colômbia e do Chile, atende a todos os demais requisitos para a ascensão e consolidação de uma superpresidência plebiscitária. O presidente Ollanta Humala, que de outra forma estaria tentado pelo populismo rentista, provavelmente concluiu que a boa reputação financeira que o Peru herdou dos governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan García (2006-2011) é simplesmente muito valiosa para ser jogada fora.

No extremo oposto, a estrutura física da economia argentina — ela é urbana-industrial com um forte setor agrícola, mas não é rica em petróleo ou minérios — não parece bem adequada para empreitadas populistas-rentistas. No entanto, quando o preço das commodities começou a se expandir, os custos de reputação financeira de expropriação da Argentina (ou taxas de confisco) haviam se tornado desprezíveis. Em 2001, o governo argentino decretou a moratória de um vultoso volume de sua dívida externa, e condenou o país a anos de avaliações de crédito aterradoras. Para o presidente Néstor Kirchner (2003-2007), resistir à tentação populista-rentista não poderia ter oferecido uma recompensa (na forma de uma reputação financeira meticulosamente reestabelecida) dentro de nenhum horizonte de tempo politicamente relevante. Quando das terras vastas e férteis da Argentina começou a brotar soja — uma cultura com múltiplos usos — em um contexto de preços impressionantemente altos no mercado global, a decisão de confiscar uma grande parte do fluxo de recursos advindos da soja deve ter parecido a escolha óbvia.

Quando Evo Morales foi eleito presidente da Bolívia em 2005, e Rafael Correa venceu as eleições à presidência do Equador no ano seguinte, a avaliação de crédito de ambos caiu para um piso histórico. Para as necessidades fiscais de seus projetos de coalizão, a expropriação era uma opção muito mais efetiva do que uma paciente reconstrução.

O sistema partidário, outra fonte de custos para um líder tentado pelo populismo rentista, previne a expropriação se o partido no poder possui um eleitorado sólido na economia formal ou se os partidos

de oposição possuem suficiente capacidade organizativa.⁷ A recessão econômica que durou de 1998 a 2002 foi um divisor de águas para os sistemas partidários da América do Sul. Os partidos que implementaram reformas neoliberais perderam reservas vitais de capital político. Apenas dois partidos de esquerda bem estabelecidos permaneceram firmes na oposição durante a era das reformas de mercado: o Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro e a Frente Ampla (*Frente Amplio*) uruguaia. Livres da culpa pelas mazelas econômicas, eles deram aos eleitores que se sentiam desiludidos com o neoliberalismo uma nova porém institucionalizada opção. No Chile, a crise econômica foi suave (a recessão havia acabado em 2000), a reforma neoliberal não havia causado o mesmo nível de desapontamento, e os socialistas [Partido Socialista de Chile], ainda que parceiros da coalizão governista, também haviam se tornado uma escolha pós-neoliberal factível.

O PT, a Frente Ampla e os socialistas chilenos todos tinham ligações históricas com os trabalhadores do setor formal; seguir o caminho do populismo rentista (com seu foco nos informais) teria significado destruir tais laços. Um caminho mais promissor para cada um desses partidos era procurar a gradual incorporação dos informais como uma nova camada de eleitores. Na Bolívia, Equador e Venezuela, os sistemas partidários já estavam em crise — destruídos por décadas de cartelização e corrupção — quando a desaceleração econômica começara. Já na Argentina, a crise de representação veio depois da recessão. Em todos os quatro casos, entretanto, a volatilidade do sistema partidário chegou ao seu ponto máximo, e os partidos estáveis (com exceção dos peronistas na Argentina) virtualmente desapareceram.⁸ Os presidentes dali em diante se deparariam com uma expectativa de poder governar sem oposição organizada.

As barreiras políticas à emergência do populismo rentista desapareceram na medida em que os partidos perderam força para resistir à expropriação. Na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, o outro lado da desinstitucionalização, diante da pressão de colapso econô-

mico (Argentina e Venezuela) ou de estagnação (Bolívia e Equador), foi o pretorianismo em massa, sobretudo disfarçado de mobilização do setor informal. Amplos protestos nas ruas deram aos presidentes Chávez, Correa, Kirchner e Morales oportunidades para ir além da estrita incorporação econômica dos setores informais adotada no Brasil, Chile e Uruguai, na direção de uma incorporação *política*. Trabalhadores informais se tornaram um componente chave da coalizão eleitoralmente vencedora, tornando possível para os presidentes reivindicar uma ratificação plebiscitária de suas agendas. Entre as eleições, trabalhadores informais podiam tomar as ruas em grandes números e intimidar a oposição.

Casos e Mecanismos

Em 2001, a gestão Chávez, que governava há dois anos, decidiu que a estatal venezuelana de petróleo, conhecida como PDVSA, deveria ser a acionista majoritária em todos os campos de petróleo do país. Isso afetou 33 companhias multinacionais com operações na bacia do Orinoco. Um ano depois, Chávez aumentou os royalties devidos pelas empresas privadas de petróleo de 1% para 30%, e aumentou seus impostos de 34% para 50%. Em 2007, um decreto presidencial elevou o piso da participação da PDVSA nas *joint ventures* de exploração de petróleo de 51% para 78%. O aumento do controle do Estado sobre as rendas do petróleo permitiu a criação das chamadas missões bolivarianas, que compreendiam a peça institucional central da estratégia de Chávez para a incorporação do setor informal em sua coalizão. De fato, é a PDVSA, e não qualquer outro braço do Estado, que administra as missões. Os programas criados entre 2003 e 2004 incluíam a Missão Robinson e a Missão Ribas para promover alfabetização e educação básica, a Missão Bairro Adentro para prover serviços de saúde, e a Missão Mercal para prover comida subsidiada.

Na Bolívia, Morales estatizou os recursos hidrocarbônicos quatro meses após assumir a presidência. Em uma ação essencialmente simbólica, ele enviou tropas para ocupar os campos de gás natural de

Tarija, as segundas maiores reservas desse tipo na América Latina. A Petrobras, a gigante petrolífera brasileira, foi a companhia mais afetada, já que suas plantas passaram para o controle da estatal boliviana YPFB. Ao mesmo tempo, Morales recomprou o restante das ações em mãos privadas da YPFB e mudou seus vários projetos de perfuração de *joint ventures*, no qual companhias privadas recebiam uma participação nos lucros, para contratos de serviço baseados em remuneração fixa. Tributos também aumentaram de 18% para 82%, revertendo a divisão de lucros entre o Estado e as empresas privadas.

Em termos relativos, nenhum governo se beneficiou da estatização e do boom das commodities tanto quanto a Bolívia. As receitas dos royalties de minério cresceram 929% de 1997 a 2007, e os impostos sobre os hidrocarbonetos aumentaram 626%. A principal consideração política por trás da estatização dos hidrocarbonetos foi a incorporação do setor informal. A renda vinda das receitas de gás financiou a criação do Bono Juancito Pinto [Bolsa Juancito Pinto], um abono familiar anual de 65 reais [Bs. 200] para cada criança matriculada no ensino primário (outubro de 2006); o Renta Dignidad [Renda Dignidade], um pagamento anual de 790 reais [Bs. 2.400] para todos os idosos (abril de 2007); e o Bono Juana Azurduy [Bolsa Juana Azurduy], que dá 600 reais [Bs. 1.820] a mulheres grávidas e mães que fazem check-ups médicos regulares (maio de 2009).

Apesar dos vastos depósitos de petróleo do Equador, seu governo não dependia das rendas minerais nos anos 1990. Empresas de petróleo pagavam em média um quinto de suas receitas em tributos, o que era mais do que o suficiente para manter uma coalizão populista. Ainda assim, Correa, primeiro como ministro das Finanças do governo de transição do presidente Alfredo Palacio (2005-2007) e depois como presidente, aumentou os impostos sobre hidrocarbonetos, que alcançaram 50% em 2006 e 80% em 2007. Como resultado, a Petrobras decidiu gradualmente deixar o Equador, e quase todas as outras empresas multinacionais abandonaram planos de novos investimentos.

Os tributos adicionais reforçaram a posição fiscal da administração Correa, permitindo-o lançar o Bono de Desarrollo Humano [Bolsa de Desenvolvimento Humano], um programa de redistribuição que cobre 1,5 milhão de domicílios (45% da população).

Com reservas muito menores, Bolívia e Equador não conseguem alcançar o grau de rentismo do qual a Venezuela é capaz. Com uma economia que é mais diversificada do que a da Venezuela e maior do que a da Bolívia e do Equador, a Argentina permanece a menos dependente de rendas. Além disso, seus recursos, suas terras, possuem barreiras naturais contra a expropriação e exploração pelo Estado. Ainda assim, o Estado ainda é capaz de extrair massivas rendas estabelecendo um monopólio para produtos agrícolas, como o fez sob o governo de Juan Perón no fim dos anos 1940, ou tributando exportações. Apesar de o presidente Carlos Menem ter eliminado os impostos sobre exportação nos anos 1990, o presidente de transição Eduardo Duhalde restabeleceu-os em março de 2002, sob o nome *retenciones* [retenções]. Originalmente fixado em 5% para a soja processada e 10% para a não processada, as *retenciones* rapidamente aumentaram para 20% para financiar os benefícios aos desempregados, quase dois milhões de pessoas. O presidente Néstor Kirchner manteve os níveis da tarifa e a alocação das receitas quase até o fim de seu mandato. Antes das eleições presidenciais de 2007, Kirchner aumentou os impostos para 24% para a soja processada e 27% para a não processada, para subsidiar o consumo nos setores de baixa renda. Depois que sua esposa Cristina venceu a disputa para sucedê-lo, os impostos aumentaram novamente para 32% e 34%. As rendas da soja, que o governo central se recusou a compartilhar com as províncias, trouxe a Argentina mais perto do rentismo do que nunca.⁹

Nenhum caso se encaixa perfeitamente no tipo ideal de populismo rentista. Durante o boom das commodities, entretanto, Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela se aproximaram do tipo ideal, enquanto Chile, Brasil e Uruguai se afastaram dele. Argentina, Bolívia, Equador

e Venezuela também se diferenciam entre eles em termos de proximidade do populismo rentista extremo. Para fins de inferência causal, o ponto-chave é que em cada um dos casos o grau de populismo rentista segue de perto a extensão do plebiscitarianismo e a concentração presidencial. A Venezuela, o caso que melhor se aproxima do populismo rentista absoluto, também é o mais próximo do superpresidencialismo plebiscitário. A Argentina é o caso com os atributos mais tênues dos dois tipos, enquanto Bolívia e Equador estão em algum lugar no meio do caminho. Mas correlação não significa causa. Como o número de casos é muito pequeno para análise estatística, precisamos encontrar e descrever os mecanismos causais. Em outras palavras, quais são os processos por meio dos quais as coalizões populistas-rentistas dão origem às instituições do superpresidencialismo plebiscitário?

Uma vez consolidado o populismo rentista como a coalizão dominante, dois mecanismos promovem a concentração de poder no Executivo. O aumento do padrão de vida entre os trabalhadores informais, propiciado pela expansão e pela redistribuição, encoraja os presidentes a intensificar o uso de plebiscitos — o presidente “compartilha a riqueza” e espera que os felizes recipientes votem a seu favor. Por sua vez, a ratificação popular encoraja o presidente a tirar o poder remanescente do Legislativo e do Judiciário, e a caracterizar qualquer um que resistir à hegemonia presidencial como um agente de uma conspiração antidemocrática. A sequência de ratificações dissipa qualquer dúvida sobre a validade do veredito da maioria. Consultas plebiscitárias frequentes conferem um cheque em branco para o uso irrestrito dos superpoderes presidenciais. O outro mecanismo é fiscal. Quando os preços estão altos o bastante, as rendas dos recursos naturais cobrem todas as despesas da coalizão. O controle estatal significa que o governo não precisa de negociações para garantir receitas, concedendo aos governantes independência de qualquer grupo, nacional ou internacional, que pudesse demandar certo nível de qualidade institucional em troca de impostos pagos ou investimentos realizados.

De Políticas para Regimes e Coalizões

Na América do Sul de hoje, a esquerda radical se diferencia da esquerda moderada não apenas em termos políticos, mas também — e mais profundamente — em termos de tipo de regime e coalizão dominante. Os casos de guinada radical à esquerda revelam semelhanças na maneira pela qual o poder é *exercido* (via plebiscitos e superpoderes presidenciais), algo que diferentes métodos de obter *acesso* ao poder do Estado não devem ser capazes de obscurecer. Os casos de guinada radical à esquerda incluem uma democracia do Cone Sul (Argentina) bem como várias autocracias andinas de intensidade variada (Venezuela, seguida por Bolívia e Equador). Ainda assim, cada um desses países é um lugar onde o presidente domina o governo virtualmente sem restrição, tendo atingido esse poder de mando sobretudo por meios plebiscitários de mobilização política. No que se refere a métodos de concentração e consolidação de poder, regimes superpresidenciais plebiscitários escreveram seu próprio e particular capítulo nos anais da vida política da América do Sul.

As inovações institucionais no nível do tipo de regime nos casos radicais refetem uma transformação na dinâmica de coalizão subjacente. A concentração institucional de poder na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela foi o resultado da ascensão do populismo rentista, uma nova aliança política entre um governo que conseguiu obter o controle sobre a renda advinda dos recursos naturais, e os setores informais da economia, que recebem transferências econômicas em troca de apoio político. A nova coalizão, por sua vez, foi possível por conta do boom das commodities dos anos 2000, uma mudança nos preços internacionais que envolveu uma redistribuição global da riqueza econômica com repercussões substanciais para as economias nacionais.

Em última análise, o que divide os casos de guinada radical à esquerda dos casos moderados é que naqueles foi o Estado — e não uma certa classe econômica ou indústria — que se tornou o grande

vencedor do boom das commodities. Governos radicais usaram a estatização, tributação, ou alguma combinação dos dois para reivindicar a fatia do leão da renda derivada dos preços internacionais recém elevados. Os casos moderados possuíam um ou mais fatores de imunização institucional contra as tentações de expropriação, populismo e absolutismo quando comparados às circunstâncias do novo século apresentaram aos presidentes sul-americanos. Na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, barreiras no sistema partidário e no mercado de capitais foram devastadas pela combinação de uma crise de representação que se arrastava e uma profunda crise financeira. Quando esses países ganharam na loteria das commodities, presidentes radicais preferiram uma rápida acumulação de poder a uma reconstrução paciente de instituições suprapartidárias e dos laços com investidores internacionais.

Relatos dominantes descrevem variantes da guinada à esquerda como variações ao longo de um espectro de política socioeconômica decisivamente influenciadas pelas escolhas dos líderes políticos. No espírito do jovem Guillermo O'Donnell, argumento que tais escolhas políticas são ditadas, sobretudo, pelas exigências de construção e manutenção de coalizões sociopolíticas (alternativas), e que essas escolhas são fortemente condicionadas pela distribuição de riqueza e poder — em particular, por combinações distintas de preços globais de commodities, por um lado, e sistemas partidários nacionais e mercado financeiro do outro. O O'Donnell mais velho demonstrou pouco interesse pelos debates sobre a guinada à esquerda na América Latina, em parte, suspeito, porque a guinada à esquerda nunca fora considerada à luz da “questão do regime”. O que espero ter mostrado é que estamos de fato lidando com variações no nível do regime. Ainda que em desacordo parcial com o O'Donnell mais velho, considero que os graus variados de democracia observados ao longo dos casos radicais são menos importantes do que o caminho similar que todos os quatro casos trilharam na direção de acumular, via plebiscitos, superpoderes presidenciais.

Será que os superpresidentes plebiscitários perseverarão? Eles perseverarão enquanto durarem os altos preços dos recursos naturais. E nenhum boom dura para sempre.

NOTAS

1. Para relatos detalhados e nuançados da guinada à esquerda e suas variantes, ver Levitsky, Steven & Roberts, Kenneth M. (ed.). (2011). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins University Press e Weyland, Kurt; Madrid, Raúl L.; & Hunter, Wendy (ed.). (2010). *Leftist Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

2. O'Donnell, Guillermo. (1994). "Delegative Democracy". *Journal of Democracy*, n. 5 (jan/1994), pp. 55-69.

3. Levitsky, Steven & Way, Lucan. (2010). *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

4. Para a distinção de O'Donnell entre *accountability* vertical e horizontal, ver seu O'Donnell, Guillermo. (1998). "Horizontal Accountability in New Democracies". *Journal of Democracy*, n. 9 (jul/1998), pp. 112-26; e para a distinção entre democracias liberais e iliberais, ver Zakaria, Fareed. (1997). "The Rise of Illiberal Democracy". *Foreign Affairs*, n. 76 (nov-dez/1997), pp. 22-43. Para uma discussão detalhada sobre como a distinção entre acesso ao poder e exercício do poder generaliza e clarifica distinções feitas com o propósito de estudar qualidade institucional, ver Mazzuca, Sebastián L. (2010). "Access to Power versus Exercise of Power: Reconceptualizing the Quality of Democracy in Latin America". *Studies in Comparative International Development*, n. 45 (set/2010), pp. 334-57.

5. Sobre a transição chave de regime que aconteceu na Argentina em 2006, ver Gelli, María Angélica. "De la delegación excepcional a la reglamentación delegativa (Acerca de la reforma a la ley Administración Financiera)". *La Ley: Suplemento Constitucional*, n. 22 (ago-2006).

6. Fundo Monetário Internacional [FMI]. (2012). *World Economic Outlook Database*, outubro de 2012, disponível na web em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/weosegr.aspx>.

7. Ao menos dois trabalhos também associaram variações dentro dos casos de guinada à esquerda a diferenças entre partidos e sistemas partidários. Ver Levitsky,

Steven & Roberts, Kenneth M. (ed.). (2011), “Introduction: Latin America’s ‘Left Turn’: A Framework for Analysis”. In: *Resurgence of the Latin American Left*, pp. 1-28 e Flores-Macías, Gustavo A. (2010). “Statist vs. Pro-Market: Explaining Leftist Governments’ Economic Policies in Latin America”. *Comparative Politics*, n. 42 (jul/2010), pp. 413-33.

8. Para medidas da volatilidade do sistema partidário nos anos 1990 e 2000, ver Flores-Macías, Gustavo A. Op. cit., p. 423. Para uma análise aprofundada da volatilidade do sistema partidário na Argentina, ver Calvo, Ernesto & Murillo, M. Victoria. (2013). “Argentina: Democratic Consolidation, Partisan De-alignment, and Institutional Weakness”. In: Domínguez, Jorge I. & Shifter, Michael (ed.). *Constructing Democratic Governance in Latin America*. 4ª ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

9. Ver Murillo, M. Victoria & Calvo, Ernesto. (2012). “Argentina: The Persistence of Peronism”. *Journal of Democracy*, n. 23 (abr/2012), pp. 148–61.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafos_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>